



ESTADO DE RONDÔNIA - PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2002 A ABRIL DE 2023

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS													
	MAIO 2022	JUNHO 2022	JULHO 2022	AGOSTO 2022	SETEMBRO 2022	OUTUBRO 2022	NOVEMBRO 2022	DEZEMBRO 2022	JANEIRO DE 2023	FEVEREIRO 2023	MARÇO 2023	ABRIL 2023	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.750.169,77	12.503.667,58	8.790.762,47	8.848.997,43	8.980.496,66	9.012.937,27	8.656.445,11	16.098.199,42	10.065.692,91	11.347.926,24	9.921.280,14	10.106.923,45	123.083.498,45	6.407,45
Pessoal Ativo	6.803.278,43	9.589.254,47	6.843.871,13	6.971.425,45	6.964.285,96	7.066.045,93	6.709.553,77	13.178.921,67	8.113.006,65	9.387.726,49	7.959.292,34	8.042.605,57	97.629.267,86	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.927.217,94	8.704.888,10	5.947.362,47	6.073.147,36	6.076.774,79	6.168.079,02	5.823.055,31	10.842.777,70	7.213.480,05	8.724.641,63	6.833.678,19	7.330.271,18	85.665.373,74	
Obrigações Patronais	876.060,49	884.366,37	896.508,66	898.278,09	887.511,17	897.966,91	886.498,46	2.336.143,97	899.526,60	663.084,86	1.125.614,15	712.334,39	11.963.894,12	6.407,45
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.946.891,34	2.914.413,11	1.946.891,34	1.877.571,98	2.016.210,70	1.946.891,34	1.946.891,34	2.919.277,75	1.952.686,26	1.960.199,75	1.961.987,80	2.064.317,88	25.454.230,59	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.765.101,16	2.632.699,44	1.872.016,59	1.588.866,37	1.834.420,52	1.765.101,16	1.765.101,16	2.655.620,88	1.769.207,61	1.776.721,10	1.778.509,15	1.871.640,20	23.075.005,34	
Pensões	181.790,18	281.713,67	74.874,75	288.705,61	181.790,18	181.790,18	181.790,18	263.656,87	183.478,65	183.478,65	183.478,65	192.677,68	2.379.225,25	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.208.686,77	3.227.892,72	2.093.978,33	2.078.130,95	2.297.841,36	2.299.725,72	2.025.691,23	4.356.628,74	2.429.038,67	4.805.367,31	2.801.635,57	2.963.622,20	33.588.239,57	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Correntes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	13.504,59	6.931,37	8.897,75	9.321,46	0,00	18.311,73	17.697,12	0,00	0,00	343.363,41	0,00	0,00	418.027,43	
Decorrentes de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	15.337,37	15.196,36	6.683,23	81.028,66	11.749,80	8.309,73	915,58	2.364,14	44.666,63	11.811,93	860,02	2.340,73	201.264,18	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.946.891,34	2.914.413,11	1.946.891,34	1.877.571,98	2.016.210,70	1.946.891,34	1.946.891,34	2.919.277,75	1.952.686,26	1.960.199,75	1.961.987,80	2.064.317,88	25.454.230,59	
Verbas Indenizatórias (Lic. Prêmio Ind., Férias Indenizadas)	232.953,47	291.351,88	131.506,01	110.208,85	269.880,86	326.212,92	60.181,19	1.434.986,85	431.685,78	2.489.992,22	838.787,75	896.963,59	7.514.717,37	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.541.483,00	9.275.774,86	6.696.784,14	6.770.866,48	6.682.655,30	6.713.211,55	6.630.753,88	11.741.570,68	7.636.654,24	6.542.558,93	7.119.644,57	7.143.301,25	89.495.258,88	6.407,45
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL									VALOR				% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)									11.752.747.124,27				-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)									816.250,00				-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)									67.601,42				-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)									11.751.863.272,85				-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)									89.501.666,33				0,76	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)									122.219.378,04				1,04	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)									116.108.409,14				0,99	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)									109.997.440,23				0,94	

FONTE: Dados do sistema Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Para fins de apuração da despesa total com pessoa foi observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. Assim, não foram deduzidos da despesa bruta com pessoal os tributos e os encargos sociais devidos pelos agentes e retidos pelo ente público.

2. Não se considera despesa bruta com pessoal os pagamentos de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público, em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais. As despesas de caráter indenizatório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia ocorridas no período de apuração foram: indenização de férias, Abono-Pecuniário, licença-prêmio indenizada, auxílio alimentação, auxílio saúde e auxílio transporte.

3. Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais – Relatório de Gestão Fiscal, Edição 2023, páginas 512 a 517, considerar as despesas com pagamento de abono pecuniário de férias bem como despesas com rescisão de contrato (férias vencidas e proporcionais, 13º salário proporcional e outras) como despesa bruta de pessoal, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça - STJ por meio da Súmula 386 é no sentido que tal verba tem caráter indenizatório, razão pela qual, inclusive, não incide encargos previdenciários e tão pouco IRPJ sobre elas. No mesmo sentido, o Parecer Prévio PPL-TC00049/20 referente ao Processo 00641/20 (Consulta) deste Tribunal de Contas.

4. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro nacional (12ª edição, válido para 2022), nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Rubens da Silva Miranda
 Controlador Interno
 Matrícula 274

Cleide de Pontes Bernardo
 Secretária-Geral de Administração
 Matrícula 432

Paulo Curi Neto
 Conselho Presidente
 Matrícula 450